

Sertão, saúde e natureza nas páginas da revista Brasília (1957-1960)

Hinterlands, health and nature in the pages of Brasília magazine (1957-1960)

Tamara Rangel Vieira*
Rômulo de Paula Andrade**

Resumo

As imagens de vazio, atraso, barbárie e isolamento, historicamente associadas à região onde seria erguida Brasília, a nova capital do país inaugurada em 1960, reverberaram em veículos de grande circulação e em discursos políticos durante os anos em que se deu a sua construção. Tais imagens ajudaram a legitimar o projeto de interiorização da capital federal, levando a um entendimento de que este era um empreendimento secular, necessário e urgente. Através das páginas da revista *Brasília*, editada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) a partir de 1957, é possível refletir sobre os laços que a nova capital guarda com a ideia de integração dos sertões ao país, constituída no início do século XX. Neste sentido, neste trabalho pretendemos explorar de que modo a dualidade litoral x sertão, ou modernidade x atraso, recorrente no âmbito do pensamento social brasileiro, aparece nos artigos e fotografias publicados na revista em questão, enfatizando os lugares da saúde e da natureza nesse projeto de fixação da capital federal no Planalto Central.

Palavras-chave: Brasília, sertão, Brasil Central, saúde, natureza

Abstract

The region where Brasília was built is historically associated with images of emptiness, backwardness, barbarism and isolation. The opening of Brazil's new capital, in 1960, reverberated in vehicles of great circulation in the mass media, and in political speeches during the years in which it was built. Such images

* Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Pesquisadora do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde e professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (COC). E-mail: tamara.vieira@fiocruz.br

** Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. pesquisador do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde e professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (COC). E-mail: romulo.andrade@fiocruz.br

helped to legitimize the interiorization project of the federal capital, leading to an understanding that this was a secular, necessary and urgent enterprise. Through the pages of *Revista Brasília*, it is possible to reflect on the ties that the new capital has with the idea of integrating the *sertão* to the country, established at the beginning of the century XX. In this work, we intend to explore how dualities in the Brazilian social thought, such as modernity x backwardness, appears in the articles and photographs published in *Brasília*, emphasizing the places of health and nature in this project.

Key Words: Brasília history, hinterlands, Central Plateau history, health, nature

Introdução

“Erguida em alto e soberbo mirante,
Brasília é o despertar do Gigante
É o vibrar de milhões de brasileiros,
A proclamar em gritos altaneiros:
Custe trabalho e noites de vigília,
Mas, pelo Brasil, faça-se Brasília”¹

A revista *Brasília* foi um periódico editado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP (empresa responsável pelo planejamento e execução dos serviços de localização, organização e construção da futura capital federal) a partir de 1957. Sua publicação se deu em decorrência de uma lei que instituiu a obrigatoriedade da divulgação mensal dos atos administrativos da diretoria desta Companhia e dos contratos por ela celebrados. No entanto, esta diretriz tomou uma proporção maior e além da divulgação destes atos administrativos, ao final da revista em formato de Boletim, o periódico se transformou em vitrine do governo de Juscelino Kubitschek na medida em que em suas páginas está registrado, sempre de forma positiva, o cotidiano das obras para transferência da capital federal e seu ritmo impressionante.

¹ SILVA GUIMARÃES. “Fiat Brasília” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no. 11, p. 19

Figura 1: Capas das edições de fevereiro e março de 1957, ano em que a revista começou a circular

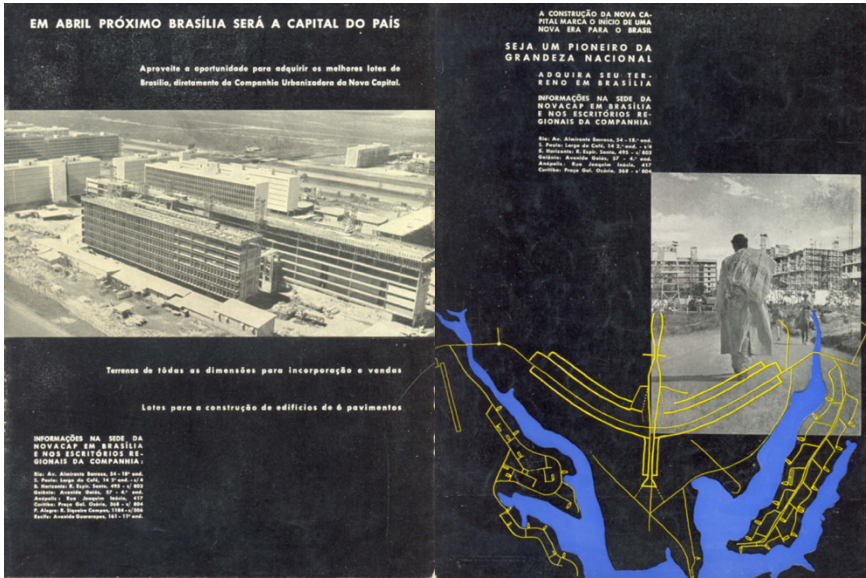


Dentro do recorte que sugerimos (1957-1960), o periódico se apresentou mensalmente ao público, com amplo caderno de imagens e colunas escritas por políticos e intelectuais favoráveis ao empreendimento mudancista. Discursos de JK, Israel Pinheiro e outros membros da diretoria da Companhia (Ernesto Silva, Bernardo Sayão e Íris Meinberg) também preenchiam suas páginas, bem como respostas às críticas que surgiam tanto nas tribunas quanto na imprensa. Sua tiragem girou em torno de 6000 exemplares no período que estamos abordando e entre seus assinantes estavam bibliotecas, universidades e embaixadas. Nunca foi vendida nas bancas de jornal.² Editada pela Editora Bloch, no Rio de Janeiro, a revista tinha em torno de 25 páginas, com exceção das edições comemorativas, como a de inauguração da cidade (com 116 páginas!). A paisagem local e o andamento das obras tiveram lugar de destaque na revista, cujas fotos oficiais ficaram a cargo de Mario Fontenelle, antigo fotógrafo de JK desde os tempos em que foi governador de Minas Gerais. Outros fotógrafos conhecidos do período também tiveram seus *clicks* publicados na revista, como os franceses Jean Manzon e Marcel Gautherot, colaboradores da revista *Cruzeiro*. Dentro do período recortado para este trabalho é possível identificar algumas colunas mais ou menos fixas na revista como “A marcha

² VIDESOTT, Luisa. “Informações, representações e discursos acerca das arquitetura-ícones de Brasília: o caso da revista Brasília” In *Risco*. São Paulo, 2010, n. 11, p. 32-41; CAPELLO, Maria Beatriz. “A revista Brasília na construção da nova capital: Brasília (1957-1962)” In *Risco*. São Paulo, 2010, n. 11, p. 43-57

da construção de Brasília”, “Arquitetura e Urbanismo da Nova Capital”, “A mudança da capital e a opinião brasileira” e “Noticiário”. A propaganda existente era apenas de lotes à venda na nova capital, como é possível ver na imagem abaixo:

Figura 2: Propaganda para venda de lotes de terra em Brasília



Embora não esteja dentro do escopo deste artigo uma análise em torno da produção do periódico em si e das relações entre Juscelino Kubistchek e a imprensa, é oportuno ressaltar que grandes projetos daquele período, como a abertura de estradas e a própria construção da nova capital, tiveram em grande parte dos setores de imprensa apoio fundamental para sua concretização, tendo muitos de seus profissionais produzido reportagens e fotografias bastante favoráveis, quase propagandas (extra) oficiais.³ Brasília é, assim, também uma bela peça de propaganda política, entendida aqui como um fenômeno da sociedade da cultura de massa que adquiriu enorme importância

³ Importante destacar que dois jornais se mantiveram contra o governo JK durante todo o período de seu mandato: o *Estado de São Paulo* e o *Tribuna da Imprensa*, este último comandado pelo udenista Carlos Lacerda. Sobre a construção de Brasília, o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e o *Globo* criticaram a mudança para a nova capital, ora por temer o esvaziamento do Rio de Janeiro, ora por identificar na obra uma das razões para a crise inflacionária do período. Ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Imprensa>. Último acesso: 29/07/2020.

no imaginário político a partir das décadas de 1930-1940.⁴ Pesquisadores que se debruçaram sobre o tema concordam que é possível identificar um núcleo de elaboração, sistematização e divulgação de propaganda localizados no Ministério da Educação e Cultura e nos jornais dos grupos pertencentes a Adolpho Bloch, Assis Chateaubriand, Samuel Wainer e Roberto Marinho.⁵ Embora as crescentes denúncias de corrupção relacionadas aos grandes projetos do período tenham provocado um desgaste entre as partes, a divulgação positiva dos atos presidenciais ao longo do período de 1956 a 1961 deu o tom neste relacionamento.⁶

A despeito da sua riqueza temática e de seu grande potencial para pesquisa, surpreende que a revista *Brasília* tenha sido pouco explorada no âmbito dos estudos históricos. Nosso objetivo, neste sentido, é lançar mão do periódico como fonte de pesquisa e a partir de suas imagens e textos refletir sobre as ideias de sertão, saúde e natureza. Percebida como símbolo da modernidade e do desenvolvimento, Brasília foi construída em região historicamente associada ao atraso, ao isolamento, ao abandono e às doenças – ideias que ao longo do tempo se agregaram à categoria sertão, muito mobilizada na revista em questão, como será possível notar. Neste sentido, neste trabalho pretendemos explorar de que modo a dualidade sertão x modernidade aparece nos artigos e fotografias publicados na revista *Brasília*, ressaltando os lugares da saúde e da natureza nesse projeto de fixação da capital federal nos altiplanos de Goiás.

O artigo está dividido em quatro partes: a primeira delas, dedicada a uma breve reflexão em torno da categoria sertão e das múltiplas ideias que a ela foram se agregando ao longo do tempo, importante para compreendermos sua relação com o histórico mudancista. A partir disso, nossa expectativa na segunda parte do artigo é evidenciar, com base nos artigos e imagens da revista, de que modo a construção de Brasília aparece como ponto culminante

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena – Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Editora Papirus, 1998.

⁵ BIROLI, Flavia. “Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo Kubitschek (1956-1960)” In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004, vol. 24, no. 47, p. 213-240.

BIZELLO, Maria Leandra. *Imagens Otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Mídias do Instituto de Artes da UNICAMP, Campinas, 1995

⁶ Como exemplo dessa relação podemos citar os filmes produzidos por Jean Manzon, ex-fotógrafo da revista *Cruzeiro*, para divulgar ações do governo. Até a presente data (28/07/2020), alguns estão disponíveis no Youtube: Coluna Norte (1960): <https://www.youtube.com/watch?v=Fo4cLakwure>
O Bandeirante no Ar (1957): <https://www.youtube.com/watch?v=l3we20Ahn98&t=87s>
Inauguração da Rodovia Rio-Belo Horizonte: <https://www.youtube.com/watch?v=uMxTKhmFfCA>
Também é relevante citar os *Cadernos Belém-Brasília*, uma série de publicações, via *Imprensa Oficial*, de reportagens de jornais dos grupos *O Globo* e *Diário Associados* laudatórias à construção da Rodovia Belém-Brasília.

de um processo histórico cujas origens remontam ao século XIX, quando se iniciaram os estudos oficiais para a mudança da capital federal. Neste sentido, retomamos a dualidade sertão x litoral para problematizar a coerência da construção dessa narrativa, capaz de entrelaçar em uma mesma linha do tempo eventos tão díspares quanto a Comissão Cruls e a “Marcha para o Oeste”, aderindo-as ao projeto modernista e à política desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek. Na terceira e quarta partes do artigo, enfatizamos os lugares da saúde e da natureza nas obras da nova capital, mobilizando mais uma vez a historicidade da categoria sertão. A preocupação com a saúde de quem chegava ao canteiro de obras e com a manutenção das condições de salubridade locais se fazem notar no periódico através dos levantamentos epidemiológicos realizados e da divulgação das ações do Departamento de Saúde da Novacap, que atuava especialmente no combate às endemias rurais, consideradas entraves ao desenvolvimento naquele contexto. As imagens marcantes da integração que Brasília promoveria, em especial com a região amazônica, e das incontáveis riquezas e benefícios que a “luta contra a floresta” proporcionaria aos brasileiros, também está em destaque na última parte do artigo. Com isso buscamos trazer à tona aspectos pouco mobilizados nos estudos que se detém sobre a construção de Brasília, visando despertar também o interesse para esta fonte e para suas potencialidades de pesquisa no âmbito da História das Ciências e do Pensamento Social Brasileiro.

A ideia de sertão e a interiorização da capital federal

“O importante não é a cidade de Brasília: o importante é a capital do Brasil ser o sertão”⁷

Constituindo-se como um dos temas mais instigantes da imaginação política sobre o Brasil, a interiorização da capital federal evidencia uma forma de interpretar a realidade nacional que carrega nas suas origens uma estreita relação com o imaginário em torno dos sertões do Brasil. Embora do ponto de vista daqueles que participaram ativamente da construção de Brasília, ou acompanharam de perto este processo, a mudança da capital tenha contribuído para que o Brasil Central se transformasse completamente, este exemplo marcante da história mostra o peso da tradição de se pensar o país a partir de seus sertões.⁸

⁷ BANDEIRA DE MELLO, Manoel Caetano. “Brasília, encontro com o Brasil” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, vol.04, no. 40, p. 94

⁸ LIMA, Nísia Trindade; VIEIRA, Tamara Rangel. “Brasília - uma cidade modernista no sertão” In PEIXOTO,

Na base do entendimento da ideia de sertão está o de que ele não possui uma caracterização espacial precisa, principalmente tendo em vista que muitas e diversificadas foram as áreas assim identificadas ao longo dos séculos. Um breve retrospecto histórico mostra que desde o período colonial a palavra ‘sertão’ foi utilizada para nomear uma série de sítios distintos: desde o interior da capitania de São Vicente no Brasil colonial até os subúrbios do Rio de Janeiro, passando pela Amazônia e pelo Centro-Oeste brasileiro.⁹ Embora não se possa conferir a ela uma definição estática e atemporal, é possível observar as mudanças em seu sentido, que oscilam entre uma conotação mais positiva ou negativa dependendo do momento histórico considerado.¹⁰

De acordo com Janaína Amado¹¹ os sertões teriam sido definidos inicialmente pelos portugueses durante o processo de colonização. Concebido em oposição às áreas colonizadas, não necessariamente litorâneas, o sertão era compreendido como um espaço vasto, longínquo e de baixíssima densidade demográfica – “território do vazio” onde imperava o desconhecido, a natureza e a barbárie. Tal significado teria sido absorvido, com poucas modificações, ao longo do século XIX. Neste período, o predomínio da matriz romântica de pensamento consolidou uma imagem positiva sobre os sertões. A preocupação em conhecer melhor o espaço e a natureza brasileiros em busca da construção de um passado mítico nacional, levou ao enaltecimento das qualidades naturais do país. A exaltação da pátria e de sua natureza exuberante e pródiga eram evidentes não apenas na literatura, mas também no trabalho levado a cabo por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo.¹²

Podemos situar dentro desta chave interpretativa, por exemplo, o relatório fruto da viagem realizada em 1892 pela Comissão Exploradora do

Fernanda; GORELIK, Adrián (Org.). *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. 1ed. São Paulo, Edições SESC São Paulo, 2019, p. 248-263; LIMA, Nísia Trindade, “Brasília: a capital no sertão” In SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro, IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, p.17-34

⁹ LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan, Iuperj/ Ucam, 1999. p. 60

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro” In *História, Ciências, Saúde - Mangueiras*. Rio de Janeiro, 1998, 5, Suplemento, p. 195-215.

¹¹ AMADO, Janaína, “Região, sertão, nação” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1995, vol. 08, no. 15, p.145-151

¹² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988, vol. 01, no.01, p. 05-27; SKIDMORE, Thomas *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”. In MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/ CCBB, 1996, p. 23-40.

Planalto Central. Primeira iniciativa mais concreta com relação à mudança da capital, este relatório demonstra bem o momento de transição de um olhar romântico mais otimista em direção aos sertões do Brasil para um olhar mais pessimista baseado em premissas raciais.¹³ Realizada durante o governo de Floriano Peixoto, esta viagem teve como objetivo principal a demarcação da área dentro da qual posteriormente seria escolhido o sítio mais adequado para abrigar a nova capital. O ‘quadrilátero Cruls’ como ficou conhecido, abrangia uma área de 14400km², onde era possível encontrar locais de “muito bons ares, terras e águas”, inclusive para a aclimatação dos europeus.¹⁴ Uma vez que o Rio de Janeiro, então capital do Império, já não atendia aos padrões de civilização europeus, tendo em vista, por exemplo, as doenças que ali se manifestavam, os sertões eram enaltecidos e considerados uma alternativa para a nação.¹⁵ É interessante enfatizar o lugar central que ocupavam as perspectivas médico-científicas neste período, tornando incontornáveis critérios como higiene e salubridade na definição do melhor local para se erguer a nova capital federal.

Essa imagem predominantemente positiva do sertão se transformaria drasticamente após a publicação, em 1902, da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Narrando evento histórico de grande repercussão nos primeiros anos da República – a Guerra de Canudos – que teve como cenário o semiárido nordestino, Cunha teve seu olhar litorâneo confrontado com uma realidade muito diferente daquela divulgada pelos literatos românticos e descreveu as condições precárias em que se encontravam as populações sertanejas¹⁶.

¹³ No final do século XIX, a imagem otimista dos sertões, que se refletia positivamente na representação da nação brasileira, começou a sofrer modificações por conta das concepções científicas advindas do exterior, provenientes das obras de autores como Gobineau, Le Bon e Buckle. Enfatizando a questão da raça e do clima, estes intelectuais teorizavam a respeito de suas influências determinantes sobre os homens, os quais só conseguiriam atingir ‘graus civilizacionais adequados’ em locais de clima temperado e de menor mistura racial possível (CASTRO SANTOS, Luiz A. “O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. In *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1985, v.28, n.º2, p.193-210; RAMOS, Jair de Souza. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/ CCBB, 1996, p.59-82; SANTOS, Ricardo V. “Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debate em antropologia física no Brasil (1870-1930)”. In *Homo Brasilis - aspectos lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. São Paulo, FUNPEC-RP, 2002, p. 83-108

¹⁴ CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: relatório da comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

¹⁵ Nos primeiros anos da década de 1850 o Rio de Janeiro sentiu o primeiro impacto da chegada da febre amarela, que voltaria a assolar a cidade durante o verão de 1868, ocorrendo nos anos de 1873 e 1876 os surtos mais graves da doença. Somente a campanha empreendida por Oswaldo Cruz no início do século XX livraria o Rio de Janeiro da doença. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

¹⁶ Para uma análise pormenorizada de Euclides da Cunha, abrangendo as ambiguidades e contradições

Considerada um clássico pelos estudiosos do pensamento social brasileiro, este “retrato do Brasil” evidenciou uma face pouco conhecida pela elite do país e inspirou representações acerca da nação e da identidade nacional marcadas pela compreensão de litoral e sertão como ordens sociais distintas.¹⁷ Embora não tenha sido o primeiro a pensar a formação histórica do país com base nesta dualidade, foi este autor que construiu de forma mais elaborada o argumento sobre o isolamento do sertanejo, que ele julgava estar na base do desequilíbrio social vivenciado pelo Brasil na época. Desde então, essa ideia foi incorporada ao amplo rol de sentidos já atribuídos ao sertão, aos quais ainda se somariam outros decorrentes das impressões contidas nos relatos das viagens científicas realizadas ao interior durante o período republicano.

A necessidade de incorporar e “civilizar” os sertões do país, demonstrada no Império, permaneceu como questão para intelectuais e políticos durante a República e se traduziu nas muitas expedições realizadas ao interior do Brasil neste período. Visando ações de infraestrutura e de implantação do aparato estatal, destacam-se como parte deste projeto, por exemplo, as viagens de Rondon e as expedições promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz.¹⁸ Coadunando-se com a percepção de Euclides da Cunha, os relatos destas viagens enfatizaram os agudos contrastes existentes entre litoral e interior, polarizando ainda mais esta dualidade, e contribuíram para ampliar o grau de polissemia do vocábulo, agregando a ele as ideias de abandono, exclusão e doença.¹⁹

contidas em sua obra, bem como uma reflexão sobre as ideias de progresso e o projeto civilizatório nela contido, sugiro KROPPF, Simone P. “Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso” In *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 1996, vol. 03, no. 01, p.80-98; VILLAS-BÔAS, Glaucia. “Iluminista e romântico: o tempo passado em Os sertões de Euclides da Cunha” In *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, 1998, vol.05, suplemento, p.149-161; ABREU, Regina. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os sertões na virada do século” In *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, 1998, vol. 05, suplemento, p.93-115.

¹⁷ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil...* op.cit.; LIMA, Nísia Trindade, “Campo e cidade: veredas do Brasil moderno”. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 68-79

¹⁸ LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil...* op.cit.; LIMA, Nísia Trindade. “Viagem Científica ao coração do Brasil: notas sobre o relatório de expedição de Arthur Neiva e Belisário Pena a Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás (1912)” In *Fundamentos*. Piauí, 2003, vol. 01, no.03, p. 185-215; SCHWEICKARDT, Júlio C.; LIMA, Nísia T. “Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913)” In *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2007, v.14, supl., p. 15-50; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. “Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)”. In *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2008, vol.15, n. 03, p. 779-810; SÁ, Dominichi Miranda de. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. In *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2009, vol.16, supl.1, p. 183-203.

¹⁹ CASTRO SANTOS. “O pensamento sanitário na Primeira República...” op.cit., p. 193-210; LIMA, *Um sertão*

Vale destacar, neste sentido, a viagem realizada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna em 1912, cujo relatório, publicado em 1916, foi considerado “(...) um dos mais expressivos e influentes documentos na gênese da imaginação social sobre o Brasil (...)”.²⁰ Este relatório superou seus objetivos científicos iniciais, transformou-se em base para a divulgação da situação de penúria em que viviam as populações nas regiões percorridas pelos dois médicos e motivou a famosa frase proferida pelo médico Miguel Pereira: “o Brasil é um imenso hospital”.²¹ As impressões desta viagem repercutiram imensamente entre a intelectualidade e os políticos brasileiros e, do ponto de vista do projeto de mudança da capital, demandou dos goianos uma postura de defesa da região definida originalmente por Cruls como mais apropriada para tal. Ao longo de sua expedição, Neiva e Penna percorreram parte do estado de Goiás e evidenciaram, através do relatório, a dura realidade vivida por seus habitantes. A má impressão sobre a região levou os goianos a se levantarem contra o documento, em uma tentativa de dirimir dúvidas e valorizarem seu estado, exaltando-o como perfeitamente adequado e suficientemente salubre para abrigar a capital do país.²²

Com o passar do tempo, o sertão teve agregado a seu repertório de sentidos ideias muito variadas, em geral negativas. Analisando a constituição deste vasto repertório, Lima conseguiu identificar a ausência do poder público como característica que distinguiria o sertão, independente do período considerado.²³ Componente fundamental da imaginação social sobre o país, a matriz dualista de pensamento e, dentro dela, o dualismo litoral-sertão, se

chamado Brasil... op.cit.; LIMA e HOCHMAN. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina...” op.cit., p. 23-40; LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... discurso médico-sanitário e interpretação do país” In *Ciência, Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2000, n. 5, n. 2, p. 313-332; LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais” In ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto. *Cuidar, controlar, curar – ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004, 493-533.

²⁰ LIMA, “Viagem Científica ao coração do Brasil...”, op.cit., p.212

²¹ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. Fac-similar. Brasília, Senado Federal, 1999.

²² Embora boa parte da intelectualidade nacional compartilhasse do diagnóstico de Neiva e Penna acerca das regiões centrais do país, uma parcela da sociedade goiana se organizou em torno do periódico médico-científico *Informação Goiana*, que começou a circular em 1917, e através dele expressou seu descontentamento. Criada pelo médico e deputado goiano Antônio Americano do Brasil e pelo ex-membro da Comissão Cruls o militar goiano Henrique Silva, a revista tinha entre seus objetivos a divulgação das possibilidades econômicas do Brasil Central e a desconstrução da ‘falsa’ imagem do sertão que então vinha sendo propagada. SÁ. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina...” op.cit., p.183-203; VIEIRA, Tamara R. “No coração do Brasil, uma capital saudável – a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960)” In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2009, 16, suplemento 01, p. 289-3

²³ LIMA. *Um sertão chamado Brasil...* op. cit.

destaca como uma das representações mais fortes do processo de construção simbólica da nação. Conformando, desde Euclides da Cunha, uma das vias pelas quais era possível interpretar o Brasil, este dualismo foi reelaborado no âmbito das ciências sociais no pós-30, correspondendo aos lugares do moderno e do tradicional respectivamente. Entre as continuidades existentes, figuraria uma “corrente de pensamento” voltada para o tema da incorporação dos sertões, que teria constituído a base sobre a qual a discussão sobre a identidade nacional foi construída.

Buscando os significados desta dualidade para a realização de uma “cartografia imaginária da nação”, Custódia Sena identifica o sertão como uma “região imaginada” que estaria associada, de acordo com alguns cientistas sociais, a determinadas regiões brasileiras, em geral ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.²⁴ Para os moldes deste trabalho, interessa salientar que a região Centro-Oeste integra esse imaginário sobre o sertão ao qual se relacionam, portanto, valores geralmente negativos. O conjunto de sentidos que foram se agregando a esta categoria ao longo do tempo afloram nas páginas da revista *Brasília*, em artigos e fotografias, acompanhando muitas vezes uma narrativa que mescla o histórico da ideia mudancista com o processo de construção da nova capital, evidenciando ao mesmo tempo o que parecia ser o desbravamento de uma terra inóspita e o capítulo final de uma história que havia começado séculos antes.

Múltiplos sertões nas páginas de *Brasília*: da Comissão Cruls à Marcha para o Oeste

Muitos são os autores que, ao se dedicarem à escrita de uma história de Brasília, preocuparam-se em recuperar os primórdios da ideia de interiorização da capital. Nesta ‘viagem no tempo’, retrocedem até o século XVIII e vão buscar nos *Autos da Devassa* da Inconfidência Mineira o registro histórico da primeira menção à ideia de mudança da capital. A partir daí passeiam pelo século XIX, mencionando mais comumente Hipólito José da Costa e José Bonifácio como personagens importantes que também se pronunciaram a respeito da transferência da capital para os sertões. Francisco Adolfo Varnhagen é citado como um dos últimos a se ocupar desta questão antes de sua inclusão na Carta Constitucional de 1891. A superposição entre a história da ancestralidade do projeto de transferência da capital e a história de Brasília já foi

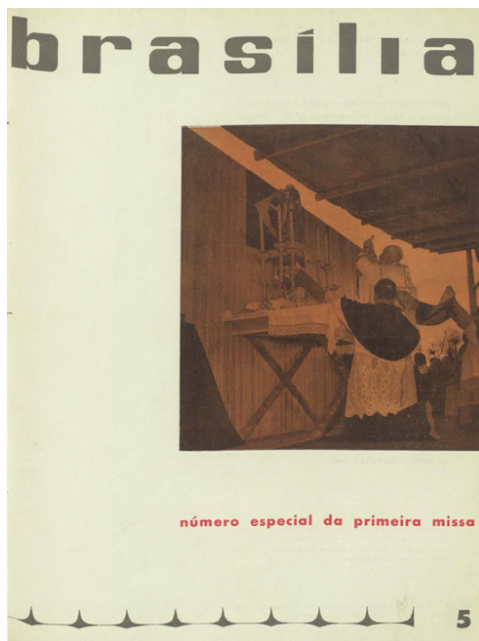
²⁴ SENA, Custódia Selma. *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia, Editora UFG, 2003; SENA, Custódia Selma. “Regionalismos e Sociabilidades” In *O olho da História*. Salvador, 2010, n.14, p.1-17

objeto de análise de alguns autores, que buscaram refletir sobre uma mitologia que teria sido criada em torno da capacidade de realização do governo JK.²⁵ A construção desta narrativa, que conecta tantas camadas históricas à construção de Brasília nos anos 50, é recorrente nas páginas da revista *Brasília*.²⁶

²⁵ CEBALLOS, Viviane Gomes de. “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005; OLIVEIRA, Márcio. “A construção simbólica de Brasília: o passado de um mito”. In *Interseções*, 2005, vol.7, no.01, p. 73-93.

²⁶ Os personagens mais citados como precursores da ideia mudancista são, no século XVIII, Francisco Tosi Colombina, que teria viajado ao interior do Brasil e deixado mapas e escritos a respeito, e os revoltosos da Inconfidência Mineira, os quais teriam cogitado a mudança da capital para a vila de São João del-Rei. Em 1810 a sugestão de que a capital fosse transferida para local “são, ameno e aprazível” distante da vulnerabilidade do litoral e da confusão de uma cidade voltada para o comércio partiu do chanceler e conselheiro da corte Veloso de Oliveira. Ainda no início do século XIX, o jornalista Hipólito José da Costa, através do jornal *Correio Braziliense*, do qual foi fundador, divulgava a necessidade de a corte se dirigir para um ponto central do país, próximo às cabeceiras dos grandes rios, como o São Francisco, onde havia vastas campinas para criação de gado, abundância de pedras e madeiras para construção, minas ricas de metais, etc. Já em 1821, José Bonifácio de Andrada e Silva teria afirmado que “(...) parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15º graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável (...)”. O sonho profético de D. Bosco, santo italiano que teria antevisto Brasília em 1883 e a obra de Varnhagen são as últimas referências mencionadas antes da organização da Comissão Cruls em 1892 (VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba*, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1877; PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. “Mudança da capital federal”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1900, vol.63, p.207-237; CRULS. *Relatório Cruls...* op.cit; CEBALLOS. “E a história se fez cidade...” op.cit.; COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001; KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que Construí Brasília*. Brasília, Senado Federal – Coleção Brasil 500 Anos, 2000.

Figura 3: Capa da edição número 05, do ano de 1957. Na foto, o registro da primeira missa realizada em Brasília, considerada “o batismo” da nova capital



Desde sua inclusão na Constituição de 1891, o projeto de mudança da capital federal passou por vários momentos de inflexão. As oscilações vivenciadas pelo projeto, que ora parecia viável e promissor e ora parecia inexecutável, também estão relacionadas aos diferentes sentidos atribuídos aos sertões ao longo do tempo, os quais deixaram marcas profundas na compreensão acerca do Brasil Central e interferiram na viabilização do empreendimento mudancista desde que foi organizada a Comissão Cruls, como vimos na seção anterior. A localização precisa da nova capital só foi estabelecida mais de cinquenta anos depois, quando a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, organizada pelo governo federal em 1953, chegou a uma conclusão definitiva a respeito do sítio mais adequado para este fim. O processo que se estende da definição da região até a escolha do sítio engloba muitos estudos, efetuados no interior de gabinetes e *in loco*, realizados por profissionais de diversas áreas do conhecimento e com diferentes pontos de vista sobre a melhor localização da futura sede administrativa do país.²⁷ No bojo das atividades

²⁷ Foram três as comissões organizadas pelo governo com o objetivo de definir a melhor localização para a capital no Planalto Central: a Comissão Cruls, em 1892; a Comissão Polli Coelho, em 1946 e a Comissão José

desenvolvidas pelas duas comissões organizadas com esta finalidade entre as décadas de 1940 e 1950, estão argumentos provenientes da medicina e da geopolítica, associados aos interesses políticos goianos.²⁸

Apesar dos estudos técnicos e conclusões destas comissões terem balizado o projeto que finalmente saiu do papel nos anos 50, além do apoio político existente por trás da decisão de JK, especialmente dos goianos, o que sobressai na revista são os vínculos históricos estabelecidos com a Comissão Cruls e até mesmo com eventos anteriores ao século XIX. Intelectuais e políticos, articulistas da revista, reforçam estes laços, contribuindo para a consolidação de um imaginário que identifica em Brasília a culminância de um projeto secular, de um desejo nacional pela integração territorial e pela superação das desigualdades regionais que não podia mais esperar. O “quadrilátero Cruls”, demarcado por esta comissão como referencial de localização mais adequada para a instalação da futura capital, e dentro do qual situa-se atualmente Brasília, por exemplo, ilustra a primeira capa da revista:

Pessoa, em 1953. Ver: VIEIRA. “No coração do Brasil, uma capital saudável...” op.cit., p.289-312; VIEIRA, Tamara Rangel; LIMA, Nísia Trindade. “A capital federal nos altiplanos de Goiás - medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 40 e 50 do século XX In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2011, v. 24, p. 29-48.

²⁸ Vale destacar a intensa participação goiana ao longo deste processo visando a efetivação da mudança, fosse através de periódicos que exaltassem as maravilhas de Goiás, cooperando politicamente através de decretos que facilitassem a transferência ou atuando nas comissões de estudos do Planalto Central. Tendo-se em vista os benefícios que ela traria para o Brasil Central como um todo, a questão mudancista mobilizava os goianos em todas as frentes possíveis, devendo-se ao seu empenho muito da rapidez com que Juscelino Kubitschek conseguiu concretizar sua meta síntese. OLIVEIRA, Márcio de. “A participação goiana na construção de Brasília” In *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 2005, vol. 8, no. 1, p. 97-109.; VIEIRA. “No coração do Brasil, uma capital saudável...” op.cit., p.289-312; VIEIRA, Tamara Rangel e LIMA, Nísia Trindade. “Uma vitrine para os médicos do sertão: a Revista Goiana de Medicina e a doença de Chagas em Goiás (1955-1962)”. In *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo, 2017, vol.37, n.76, pp.163-186. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-08>.

Figura 4: Capa da primeira edição da revista *Brasília*, janeiro de 1957



Desde o primeiro número da revista percebe-se esse encadeamento de fatos históricos, organizados cronologicamente como precursores de Brasília.²⁹ No trecho abaixo, Ernesto Silva, um dos membros da Novacap, comenta a mudança e lança mão desta narrativa, enumerando os possíveis pioneiros dessa ideia:

“Ideia secular, acalentada através dos anos pelos mais ilustres homens de nossa Pátria, constitui hoje realidade a transferência da capital do Brasil para o interior, graças à pertinácia de uns, ao esforço denodado de outros e, principalmente, à evolução, ao discernimento, à compreensão do povo brasileiro e ao entusiasmo com que a Nação – governantes e governados – se lança definitivamente à solução do grandioso problema. Dos brilhantes artigos escritos, há mais de um século, por Hipólito José da Costa, do idealismo de José Bonifácio de Andrada e Silva, da persistência do Visconde de Porto Seguro, dos trabalhos estafantes, minuciosos e seguros de Luiz Cruls, de Polli Coelho, Caiado de Castro e José Pessoa chega-se hoje à realidade dos fatos: erguer-se-á no Planalto Central do Brasil a mais bela, mais pujante, a mais moderna capital de um País”.³⁰

²⁹ Alguns exemplos de artigos que tecem essa cronologia: REGO, José Lins do. “A mudança da capital e a opinião brasileira” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol 1, no. 1, p.15; MENDES, Horácio. “Brasília e seus antecedentes” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, vol 4, no. 40, p. 30-43

³⁰ SILVA, Ernesto. “A mudança é uma realidade” In *Brasília*, 1957, vol 1, no. 6, p.14-15.

Tema clássico da imaginação espacial brasileira,³¹ a mudança da capital não foi apenas um dos tópicos na agenda de preocupações daqueles interessados em refletir sobre a geopolítica nacional. A ideia de fixar a capital federal no Brasil Central nos anos 40 se coadunou com a política de integração do território pátrio levada a cabo durante o governo de Getúlio Vargas, no qual a geopolítica ocupava posição de destaque. Iniciativas como a Fundação Brasil Central e as Colônias Agrícolas Nacionais visavam a exploração da parte ainda pouco conhecida do território, bem como sua ocupação e integração. A “Marcha para o Oeste”, tão propagada pelos intelectuais deste período refletia, pois, essa preocupação com a existência de enormes ‘espaços vazios’ sobre os quais o Estado deveria manter sua soberania – no que a política governista e o ideário geopolítico se aproximavam.³² A ocupação destes “vazios” territoriais, fruto de uma política que tem origem no governo Vargas, é outro tema bastante acionado pelos intelectuais na revista *Brasília*, como se a partir da interiorização da capital federal o presidente JK estivesse cumprindo um programa histórico:

“Com a construção de Brasília, executa o governo um programa de idealismo nacional. Acorda-se, com essa obra gigantesca, a consciência cívica dos sertões abandonados e longínquos, e desafia-se o ceticismo do litoral brasileiro, cujas populações se deixam contaminar pela decrepitude moral das civilizações que importam, copiando os estatutos políticos e a obra de arte dos outros povos”. “Com a fundação de Brasília, o plano traçado tomará seu rumo definitivo. No Oeste, está a alma do Brasil, a tradição brasileira, a consciência nacional”.³³

O próprio Juscelino Kubitschek em seus discursos faz comumente esta associação entre Brasília e a “Marcha para o Oeste”, como se a primeira fosse a concretização da segunda:

“Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir, em voltar. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude.

³¹ MAIA, João Marcelo E. “As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central” In *Dados*, Rio de Janeiro, 2010, vol.53, no. 03, p. 621-655.

³² MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2005; MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, Papirus, 1995.

³³ VIANNA, Ruy. “Programa de idealismo” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol 1, no. 1, p.17.

É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso”.³⁴

Um dos argumentos que mais conferiram legitimidade à construção de Brasília foi justamente o da ocupação de um interior mítico, vazio e carente do governo central. Na primeira edição da revista, lançada em 1960, há um artigo do jornalista Manoel Bandeira de Mello ressaltando que, somente a partir da nova capital, o governo poderia sofrer os problemas do interior, nas palavras dele, invisíveis até então. Graças à Brasília, enfim o “brasileiro dos sertões esquecidos” poderia contar com atenção mais próxima.³⁵ Em entrevista à Rádio Nacional de Brasília, o sociólogo Gilberto Freyre reforçou este argumento, pois, de acordo com ele, só a partir da construção da nova cidade o Brasil tornar-se-ia “verdadeiramente nacional”.³⁶

O mito bandeirista e a percepção do Oeste como novo Eldorado, fronteira a ser desbravada, são alguns dos elementos simbólicos mobilizados no discurso de conquista do Oeste. Cassiano Ricardo,³⁷ cuja obra se tornou emblemática deste período, foi um dos intelectuais que mais municiou o regime varguista neste sentido. Lançado em 1938 com o principal objetivo de promover a ocupação ordenada dos sertões, combatendo a formação de latifúndios nas fronteiras agrícolas e contendo o êxodo rural,³⁸ a “Marcha para o Oeste” se configura como um tema importante para pensar as relações entre fronteira e sertão no campo do pensamento social brasileiro, assim como o livro que deu base ao programa.³⁹ Inspirada em *The Significance of the frontier in*

³⁴ KUBITSCHKE, Juscelino. “Marcha da Construção”. In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol 1, no. 1, p.01

³⁵ BANDEIRA DE MELLO, Manoel C. “Brasília, encontro com o Brasil”, In *Brasília*, Rio de Janeiro, 1960, vl. 04, n. 01, p.94

³⁶ “Noticiário. In *Brasília*, Rio de Janeiro, 1959, vol.03, no. 35, p.17. Para um estudo com maior ênfase na perspectiva de Gilberto Freyre acerca da nova capital ver: LIMA; VIEIRA. “Brasília - uma cidade modernista no sertão”. op.cit., p. 248-263.

³⁷ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste (a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil)* 4. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

³⁸ MOREIRA, Vânia Lousada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 186

³⁹ O programa de governo “Marcha para o Oeste” continha importantes elementos simbólicos, sendo cristalizado visita de Getúlio Vargas aos estados constituintes da região amazônica, bem como a aldeia dos índios Karajá, no Brasil Central. Ver ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 2010, vol. 05, n. 02, p. 453-468. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200015> e GARFIELD, Seth. (2000). “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas”. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2000, vol. 20, no. 39, p. 13-36. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002> /; OLIVEIRA. “A conquista do espaço...”, op.cit., p.195-215.

American History, do estadunidense Frederick Jackson Turner, de 1893, *Marcha para Oeste* enfatiza a necessidade do “imperialismo interno” e da “conquista de si mesmo”. Publicado em 1938, no período da ditadura do Estado Novo (Cassiano Ricardo foi diretor do jornal oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda, *A Manhã*), o livro teve diversas edições posteriores. A construção da nova capital é mencionada na quarta edição, lançada em 1970, período em que o então ditatorial governo Médici lançava programas de colonização e grandes projetos, como hidrelétricas e estradas. Cassiano Ricardo via Brasília como a concretização da cruzada “rumo ao oeste”, que, segundo ele, só poderia ter sido realizado por JK, o “mais bandeirante” dos presidentes.⁴⁰

Uma marca dessas políticas de ocupação foi o *Neobandeirantismo*, ou seja, a forma pela qual os atores das décadas de 1940 e 1950 concebiam a produção do Estado, por intermédio de representações espaciais de nação e de categorias como “desbravamento” e “penetração”.⁴¹ Exemplo desta perspectiva está no artigo do já citado Manoel Caetano Bandeira de Mello, na vigésima quinta edição da revista. De acordo com o autor, Brasília era uma revolução, que deveria ter adversários à altura e não “anedóticos”. Mello clamava aos críticos: “Ataquem com aço, se podem ser cridos. Em Roma, sejam romanos. Vão à Brasília, vejam Brasília, percorram Brasília”.⁴² Logo a seguir, o jornalista reafirma constantemente em seu texto o caráter “irradiador” da construção da nova capital, onde, enfim, o Brasil seria redescoberto:

Brasília é mais do que uma cidade, é o *Turning-point* histórico de um continente. Tamanhas são as vagas do progresso que ela desencadeará no continente, através das artérias de que se constituirá em foco irradiante (...) O Brasil verdadeiro, na realidade, o grande Brasil, comprido e triste e deserto, largo e abandonado, enfermo e rico (...) será redescoberto por Brasília. Só a mudança, nos termos imperiais em que ela está se processando, sacudirá o país ao ponto de leva-lo a conhecer-se a si mesmo, tanto vale dizer, a conquistar seu próprio engrandecimento.⁴³

Pode-se afirmar, portanto, que a construção de Brasília nos anos 50 reflete, de certo modo, esse Estado territorialista e expansionista da década anterior. A Marcha, na década de 1950, incorporou ao discurso de ocupação

⁴⁰ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste... op.cit.*. Sobre esta relação entre a obra de Frederick Jackson Turner, sua apropriação e debates envolvendo Cassiano Ricardo, ler a introdução do livro de DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro, Mauad, 2017.

⁴¹ MAIA, João Marcelo. “As ideias que fazem o Estado andar...” op.cit. p.621-655

⁴² BANDEIRA DE MELLO, Manoel Caetano. “Brasília Incontesteste”. In *Brasília*, Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, no. 25, p.01

⁴³ MELLO, Manoel Caetano Bandeira. “Brasília Incontesteste”, op.cit. p.01

a retórica do desenvolvimentismo. Assim, progresso e expansão territorial serviriam como justificativa de colonização, suscitando o mito do novo bandeirante que, mais que dar prosseguimento a uma marcha histórica de ocupação, incorporaria a ela elementos de modernidade daqueles anos.⁴⁴ Mas como povoar uma terra que tinha a alcunha de insalubre e inóspita?

Figura 5: O gráfico mostra a posição de Brasília no Planalto Central Brasileiro e as distâncias a que se acha das Capitais dos Estados e Territórios – Contracapa, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, n. 01.



Sertões hígidos: saúde e saneamento nos planos da moderna capital federal

“Dentro em breve, três anos – se Deus quiser – estará Brasília em condições de ser habitada: uma cidade jardim; misto de cidade e de campo, onde o trabalho será mais agradável, onde homens e mulheres poderão desfrutar de alegrias e viver em sociedade, onde as crianças encontrarão proteção e ambiente propício

⁴⁴DUTRA E SILVA, Sandro. “A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista”. In *Textos de História*, Brasília, 2009, vol. 17, no. 01, p.99.

ao desenvolvimento de suas atividades, onde a vida, enfim, não será tão cruel e tão áspera”⁴⁵

Apesar da existência de múltiplas abordagens históricas sobre Brasília, poucas salientam o peso dos aspectos relacionados à salubridade do local escolhido para sediar a nova capital federal. Este foi um tema que conformou, como visto anteriormente, a percepção sobre os sertões ao longo do tempo, e que também estava no horizonte de preocupações de JK. Mesmo que a saúde não tenha sido prioridade em seu governo⁴⁶ e que não exista referência explícita à importância dos aspectos higiênicos e sanitários no Plano Piloto desenvolvido por Lúcio Costa, não se pode negar que as realizações médico-sanitárias contribuíram para o projeto desenvolvimentista em curso, levando à projeção no cenário nacional de uma região do país que carregava os estigmas de inóspita, doente e abandonada. Expressão do arrojo e modernidade de uma época, Brasília não poderia prescindir, portanto, de um planejamento que levasse em consideração as condições de salubridade do sítio onde seria instalada. A preocupação com as endemias rurais e a forte demanda pelo trabalho de médicos e sanitaristas no canteiro de obras da nova capital nos anos 50 confirmam que esta imagem de sertão continuava latente.

É importante enfatizar que a associação entre saúde e desenvolvimento, fruto de uma preocupação internacional com os efeitos da guerra e com o círculo vicioso da doença e da pobreza, atinge seu ápice nos anos 50 e encontra ecos nos planos de JK. Demandando ações efetivas do governo na luta contra as endemias rurais, consideradas responsáveis pela baixa produtividade dos trabalhadores do interior e pelo lento crescimento do país, assiste-se à organização de um departamento exclusivo para tratar do saneamento rural – o Departamento Nacional de Endemias Rurais. Criado em 1956, o DNERu representou a coroação do modelo vertical nas ações de saúde pública, absorvendo grande parte dos serviços nacionais provenientes da estrutura anterior. Indicando a importância conferida neste período à promoção da saúde das populações rurais como fator de desenvolvimento econômico, este departamento começou a funcionar em março de 1956 e tinha o médico Mário Pinotti como seu diretor.

Se as endemias rurais conformavam um dos maiores entraves ao desenvolvimento nacional, e se do interior dependia a aceleração da industrialização, nada mais coerente do que investir no aumento quantitativo e qualitativo

⁴⁵ SILVA, Ernesto. “A mudança é uma realidade” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no. 6, p.14-15

⁴⁶ HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek” In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2009, v.16, supl.1, p.313-331

da produtividade do trabalhador sertanejo. Essa preocupação se estendeu inclusive ao canteiro de obras de Brasília. Lá, a existência de assistência médica para os trabalhadores relacionava-se tanto com a necessidade de aumentar seu rendimento quanto com a necessidade de manter a região livre de qualquer enfermidade, uma vez que doenças haviam se tornado sinônimo de atraso e subdesenvolvimento. Mas, antes mesmo de as obras começarem efetivamente, os médicos e sanitaristas já atuavam na região onde seria erguida a nova capital realizando inquéritos epidemiológicos. Através da circunscrição Goiás do DNERu, estes profissionais vinham trabalhando desde 1956 com o intuito de prevenir que o futuro distrito federal se tornasse foco de alguma doença. Mesmo que, em seu conjunto, os inquéritos apontassem a ausência de qualquer moléstia, a preocupação era mais do que legítima, afinal, Goiás e regiões ao redor do sítio onde seria erguida Brasília apresentavam grave incidência de febre amarela e doença de Chagas,⁴⁷ por exemplo. Era importante, portanto, garantir que a região permanecesse hígida.

Este tipo de informação não chegou a ser veiculada pela revista *Brasília*, que só começou a circular em 1957. No entanto, em seu segundo número foi publicada uma notícia que resumia as ações do DNERu na região e informava sobre a entrega de um programa pelo chefe da circunscrição Goiás a Ernesto Silva, diretor da Novacap e responsável pela supervisão do Departamento de Saúde de Brasília. Neste documento constava um programa, aprovado pelo então ministro Mário Pinotti, que envolvia muitas ações voltadas para levantamentos epidemiológicos relacionados a endemias rurais como esquistossomose, leishmaniose, malária e doença de Chagas. Além destes levantamentos, o programa abrangia medidas de profilaxia nas cidades, vilas e povoados da área, bem como no próprio distrito federal a depender do resultado destes inquéritos.⁴⁸

⁴⁷ A importância da doença de Chagas, que se apresentava endemicamente em Goiás, despertou também o interesse de pesquisa dos médicos goianos. As investigações que desenvolveram em seus consultórios e clínicas particulares, voltadas para as formas cardíaca e digestiva daquela enfermidade, contaram com a colaboração de colegas de outras regiões – em especial com os médicos de Ribeirão Preto – e tiveram grande repercussão nos meios nacionais e internacionais. VIEIRA; LIMA. “Uma vitrine para os médicos do sertão...” op.cit: pp.163-186. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-08>; FREITAS, José L. P. de; MENDONÇA, Wilson. “Inquérito sobre moléstia de Chagas no Município de Rio Verde (Estado de Goiás)” In *O Hospital*, Rio de Janeiro, 1951, vol.39, no.2, p.251-261.; CARVALHO, Áttila Gomes de; VERANO, Ottoni Torres. “Contribuição ao conhecimento da distribuição geográfica dos triatomídeos domiciliários e de seus índices de infecção natural pelo *Schizotrypanum cruzi*, na região do Planalto Central (Retângulo de Cruis), Estado de Goiás, Brasil” In *Revista Goiana de Medicina*, Goiânia, 1956, vol.2, no.3, p.181-200.; CARVALHO, Áttila Gomes de; ALMEIDA E CASTRO, Aloysio de. “Realizações da Circunscrição Goiás do DNERu durante o ano de 1956” In *Revista Goiana de Medicina*, Goiânia, 1957, vol.3, no.2, p.99-118.

⁴⁸ “Noticiário” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no.02, p.2

Embora não tenhamos um balanço acerca dos resultados da execução destas medidas, ao longo das edições da revista temos notícia de algumas das ações empreendidas pelo Departamento Médico de Brasília, em conjunto com outros serviços entre eles o próprio DNERu, que indicam o peso desta questão sanitária no decorrer da construção da nova capital. Entre as ações estavam vacinação, dedetização de prédios, exames, consultas médicas e visitas domiciliares. A permanência da participação destas instituições de saúde ao longo de todos os anos da construção denota a constante preocupação do governo em manter a futura capital livre de qualquer enfermidade.⁴⁹

Inicialmente havia poucos médicos atuando no canteiro de obras da nova capital federal. Os profissionais existentes chegaram por conta própria, aspirando um cenário menos competitivo em uma terra promissora, ou atuaram nos primórdios de Brasília em decorrência de convênios estabelecidos entre a Novacap e o governo de Goiás.⁵⁰ Estes profissionais foram os responsáveis pelo atendimento inicial aos operários, realizando o exame clínico básico que permitia que os trabalhadores fossem cadastrados na Novacap e ganhassem a carteira de saúde, sem a qual não poderiam ser contratados pelas empresas construtoras. Com a instalação do Departamento de Saúde da Novacap, todos os que chegavam dispostos ao trabalho passariam pela vacinação contra varíola, paratifo e febre amarela e, se necessário, por pesquisas laboratoriais e exames nos Serviços Nacionais de Tuberculose e de Leprosia.⁵¹ Era obrigação dos médicos encaminhar qualquer caso de doença infecciosa ao DNERu ou ao Departamento de Saúde da Novacap, órgãos responsáveis pela garantia da saúde do trabalhador e pela manutenção da salubridade da região.

Destaco aqui a grande preocupação no período com a doença de Chagas, que manteve os médicos que atuavam na região em alerta. Não à toa, o trabalho de educação sanitária realizado tinha como um dos focos a tripanosomíase americana⁵² e a I Reunião Científica realizada em 1957, enquanto as

⁴⁹ “Noticiário”, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, no.24, p.2

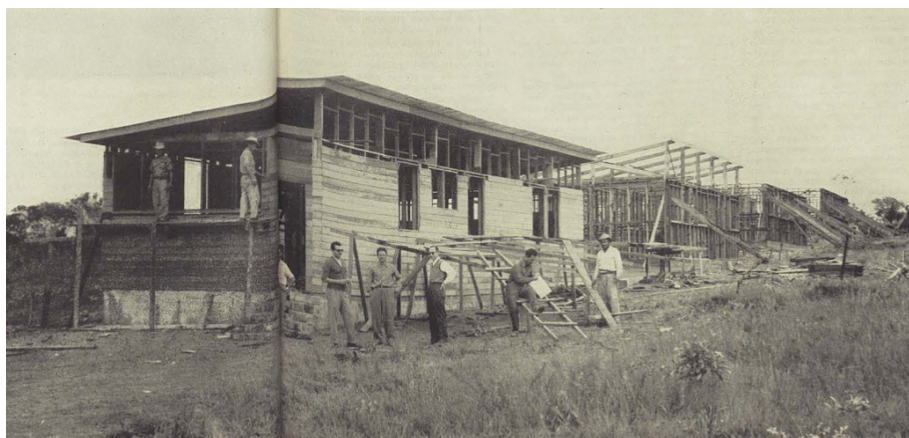
⁵⁰ VIEIRA. “No coração do Brasil, uma capital saudável...” op.cit, p. 289-3

⁵¹ O Departamento de Saúde disponibilizava ainda os serviços de vacinação antivaricélica, antitífica-paratífica, Salk (paralisia infantil) e tríplice, um ambulatório de atendimentos gerais para os servidores da Novacap, uma equipe volante que percorria acampamentos, o Núcleo Bandeirante e as cidades-satélites para efetuar vacinações, um Comando Sanitário que inspecionava o comércio de gêneros alimentícios, restaurantes, bares e vendedores ambulantes; fiscalização de acampamentos e residências e visitação mensal ao bordel do Núcleo Bandeirante para exame médico das mulheres. Ver SILVA, Ernesto. *O militante da esperança e a história de Brasília*. Brasília, Editora Brasília. 2004, pp.88-89.

⁵² Um bom exemplo disso percebe-se no trabalho de educação sanitária promovido por estes órgãos federais, com os quais cooperavam os médicos que primeiro chegaram ao canteiro de obras: estes lançavam mão de cartazes com a foto do barbeiro para alertar, principalmente os trabalhadores que chegavam e

obras de Brasília ainda caminhavam, versou, entre outros temas, sobre esta doença.⁵³ Reunindo em torno de 100 médicos do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, o evento foi presidido pelo próprio Juscelino Kubistchek e serviu para que os médicos acompanhassem também a inauguração do Hospital Juscelino Kubistchek de Oliveira (HJKO), construído pelo IAPI. Substituindo um pequeno posto médico improvisado para o primeiro ano da obra da nova capital, este hospital localizava-se junto ao Núcleo Bandeirante, e tinha como função prestar assistência médica, cirúrgica e odontológica a servidores, operários e particulares.⁵⁴

Figura 6: Hospital do IAPI em obras – Brasília, Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no. 04, p. 06



Outros exemplos da preocupação com a manutenção da higiene da região são a Primeira Semana de Higiene do Núcleo Bandeirante, realizada em fevereiro de 1958 sob patrocínio do DNERu, Serviço Nacional de Tuberculose, Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas e Novacap.⁵⁵ A semana tinha por objetivo fazer um completo levantamento torácico da população e promover a vacinação contra a tuberculose, lepra, febre amarela, tifo, paratifo, varíola e paralisia infantil, além de dar assistência cirúrgica. Em janeiro de 1960, ano em que a capital seria inaugurada, realizou-se uma campanha sanitária

montavam seus barracos, sobre os perigos da infestação do inseto transmissor da Doença de Chagas. Ver RIBEIRO, Isaac Barreto. “Profilaxia da doença de Chagas em Brasília” In *Revista Goiana de Medicina*. Goiânia, 1957, vol.3, no.3, p.197-202.

⁵³ “Noticiário” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no.07, p. 12.

⁵⁴ SILVA. *O militante da esperança...* op.cit. pp.88-89.

⁵⁵ “Noticiário”, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, no. 26, p.21

empreendida pelo DNERu na região para combater os focos de *Culex* e a revista celebrava o fato de Brasília ser uma cidade “livre de mosquitos”.⁵⁶

A infraestrutura sanitária que vinha sendo montada mereceria um capítulo à parte pois trata-se da implantação de um novo modelo de atenção à saúde, que nascia junto com a nova capital federal. O diretor da Novacap responsável por este setor era Ernesto Silva e em vários momentos na revista ele se detém sobre este assunto.⁵⁷ Neste sentido, *Brasília* é rica em informações de cunho sanitário, voltadas para o saneamento básico, implantação de rede de águas e esgotos, construção dos hospitais, bem como notas informativas, que davam um panorama estatístico, ainda que não regular, das ações empreendidas pelo Ministério da Saúde na região. A ocupação do Brasil Central era urgente, mas não seria possível sem o prévio saneamento de uma região marcada historicamente pela presença de doenças rurais. Se Brasília representaria a vitória da modernidade sobre o atraso, as doenças que acometiam o cerrado deveriam também ser superadas. Assim, o terreno estaria preparado para a invasão dos tratores e para a inauguração da nova capital.

“Homens, máquina, entusiasmo, ação”: Brasília vence a “natureza hostil”

“Intensa movimentação de homens e máquinas – eis o que tem caracterizado esta fase inicial da construção de Brasília. Rapidamente se vai modificando a fisionomia da região, onde mais de três mil trabalhadores – técnicos e operários – e cerca de duzentos possantes aparelhos motorizados desenvolvem cotidianamente uma atividade disciplinada e produtiva.

Até pouco mais de quatro meses era apenas o ermo. Extensas e verdejantes campinas, vastas e suaves rechãs adormecidas na morna quietude secular de sua solidão. Agora é um cenário diferente. Determinada, atuante, uma população de obreiros, a que se agregam dia a dia novos contingentes, realiza o grandioso plano que um Governo, patriótico e empreendedor, lhe confiou.

Já não é mais o ermo, já não são mais as plagas solitárias, formosas e silentes, jazendo melancolicamente no abandono. Hoje é Brasília, Brasília a nova Capital do Brasil, palpitante de vida, que está surgindo”.⁵⁸

Com ênfase na máxima dos ‘cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo’, Juscelino Kubitschek lançou mão de um programa de metas que visava modernizar o Brasil através da aceleração e do aprofundamento do

⁵⁶ “Noticiário”, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, vol. 04, no. 37, p. 18

⁵⁷ “A assistência médico-hospitalar”, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, vol. 04, no.40, p.74.

⁵⁸ “Marcha da construção de Brasília” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no. 2, p. 04

desenvolvimento. Considerado como o primeiro presidente na história do país a fundamentar sua campanha eleitoral em torno do planejamento como solução para os problemas nacionais,⁵⁹ Juscelino não mediria esforços para alcançar com sucesso todas as metas propostas. Entre as metas estipuladas em seu plano de governo, além da mudança da capital, estavam definidos os setores prioritários de investimento e as estratégias específicas para concretizá-las. Maior atenção foi dada aos setores de energia e transporte, o que se concretizou no investimento pesado em um plano rodoviário para o Brasil. Através dele seria possível estabelecer conexões entre o norte e o sul do país e assim promover a superação das diferenças de desenvolvimento existentes entre o interior e o litoral. Tais vias de comunicação facilitariam o deslocamento de pessoas e mercadorias, ampliando a circulação e dinamizando as trocas por todo o território nacional. Talvez uma das mais famosas rodovias seja a Belém-Brasília, cujo projeto se insere na lógica de integração, de superação do isolamento e de aproximação com as riquezas e potencialidades da Amazônia.

Homens, máquinas, entusiasmo, ação. E Brasília é uma ideia que se concretiza, um empreendimento que avança em ritmo acelerado. Governo e Nação anseiam porque se transformem em realidade os planos da nova urbs cuja edificação, no centro do território nacional, modificará profundamente o panorama econômico, social, político e administrativo do país. Aquele põe todo seu esforço, dinâmico e patriótico, na abreviação da obra: a Nação acompanha com vivo interesse e confiança a execução do trabalho, ciente de que Brasília constitui a iniciativa mais acertada e mais oportuna para que o Brasil possa, de fato, progredir.⁶⁰

Do mesmo modo, está presente também uma ideia de que era necessário “vencer os obstáculos impostos pela natureza”, entrar em luta com ela, pois só assim o progresso seria alcançado. Essa ideia, muito presente não apenas nas páginas da revista *Brasília*, mas em outras fontes da época, expressa um determinado entendimento de que a natureza seria um empecilho ao progresso. Ao longo do período analisado, há muitas imagens que mostram “uma natureza” que parece “engolir” os homens e outras em que o homem aparece “vencendo” a floresta, como na emblemática fotografia de Juscelino Kubistchek a bordo de um trator derrubando “o último jatobá”.⁶¹

⁵⁹ LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

⁶⁰ “A Marcha da Construção de Brasília”. In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, vol. 01, no. 01, pp.3-4.

⁶¹ “O Presidente Kubitschek aciona o trator, que derruba o último jatobá, estabelecendo a ligação definitiva entre as turmas norte e sul da rodovia” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, no.26, p.5.

Um dos episódios mais dramáticos da construção da Belém-Brasília foi tema da edição de número 25, em janeiro de 1959: a morte do principal responsável pela rodovia, Bernardo Sayão. Em Açailândia (MA), o engenheiro carioca foi vítima da queda de um galho gigante de uma árvore, às vésperas da abertura da estrada, no trecho entre Imperatriz e Guamá (MA).⁶² A divulgação da morte de Sayão é mais um exemplo da relação entre o governo Kubitschek e os grupos de comunicação da época: a publicação, pela Imprensa Oficial, de *Bernardo Sayão, bandeirante moderno*, uma compilação de reportagens publicadas no *Globo*, *Última Hora* e de discursos sobre o engenheiro ocorridos no congresso nacional. Alguns estão também na edição especial de *Brasília*, como os discursos do senador Gilberto Marinho e de Juscelino Kubitschek, que lamentaram a morte do engenheiro. Nas falas destes políticos, Sayão é colocado como um desbravador, pioneiro e, acima de tudo, um *bandeirante*:

Bernardo Sayão fez a oferenda de sua própria vida ao seu ideal. Era o comandante da batalha que desencantará a Amazônia de sua prisão, que virá retirar da pré-história tão grande, tão obscura e tão importante zona de nossa Pátria. Caiu num golpe fatal, vibrado por toda a selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza desse desbravador incomparável.⁶³

Retórica muito utilizada nas reportagens e nos filmes de divulgação sobre a Belém-Brasília, a Amazônia, vista a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, necessitava superar suas lendas, mitos e, enfim, sua natureza bravia e selvagem, todos esses inimigos do progresso trazido pelas obras da Rodobras, empresa responsável pelo empreendimento. Outros discursos, como o de Israel Pinheiro retomam imagens recorrentes da Amazônia: um celeiro pronto para dar aos homens riquezas, desde que fosse “despertado”:

Porque o Brasil do lado de viúo seu esforço de anos e anos pela libertação das solidões interiores, escravizadas pelo abandono. Sentiu a força de sua obsessão bandeirante que o arrastou definitivamente, jovem ainda, do litoral ameno para a crueldade das selvas. O Brasil não podia parar nos limites da faixa litorânea (...) E assim, você levou a coragem da luta até o sacrifício da própria vida (...) Para morrer da morte gloriosa que só merecem os grandes comandantes. No centro da linha de fogo, empunhando suas armas prediletas – o trator e o machado. Sentindo o cheiro verde de mata inimiga, sob o verdadeiro céu do

⁶² Bernardo Sayão “inaugurou” o cemitério de Brasília, sendo o primeiro a ser enterrado lá. Para mais informações, ver DUTRA E SILVA. “A natureza contra o progresso...” op. cit. p.85-106; ANDRADE, Rômulo de Paula. “Vencidas a distância e a floresta! A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista” In *Tempo*, Niterói, vol. 25, no. 02, p. 363-381. <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2019v250204>

⁶³ KUBITSCHEK, Juscelino. “Discurso do Presidente da República” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol.03, no. 25, p.04.

Brasil. A mata vingou-se de você como a Vupabuaçu azul vingou-se de Fernão Dias Paes Leme. Destino igual de bandeirantes.⁶⁴

Por mais que existissem críticas à construção da estrada, os ideais desenvolvimentistas e a urgência da “integração” da Amazônia se sobrepuseram aos ruídos. Os discursos resultantes deste processo histórico deram traços épicos à construção da BR-14: antigos mitos da região, como o vazio demográfico e a natureza aterradora, poderiam enfim ser vencidos pelo neobandeirantismo presente nas ações do governo JK. A história contada sobre a Belém-Brasília já contaria com o seu messias (Juscelino), um mártir (Sayão), fiéis (os trabalhadores da rodovia) e a grande vilã (a natureza). A saga, assim, estaria completa. A morte do engenheiro reforçou a necessidade de as máquinas do progresso ingressarem no “imenso deserto amazônico”.⁶⁵ Se a abertura das estradas provocaria grilagem e destruição da natureza, essas seriam consequências menores frente às melhorias que o desenvolvimento poderia atingir.

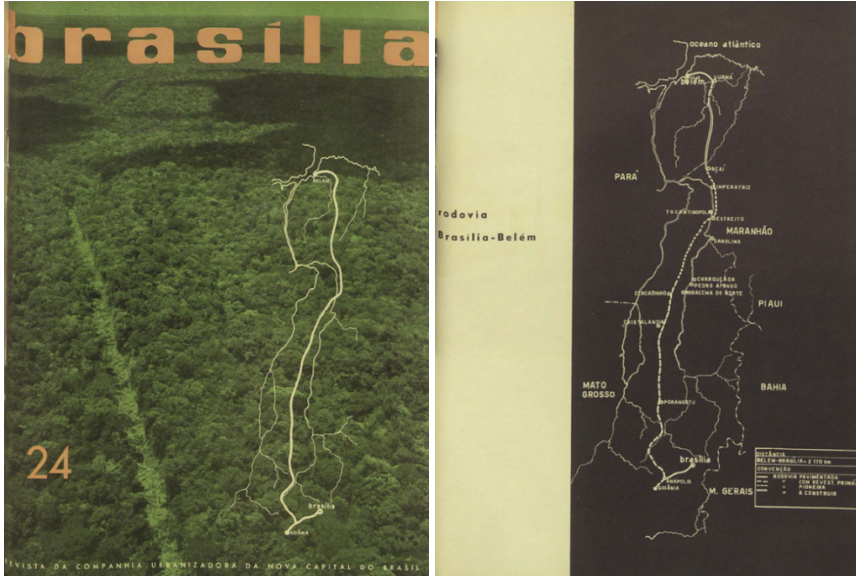
A estrada e Bernardo Sayão representariam, dessa forma, a personificação do imperialismo interno proposto pela “Marcha Para o Oeste”, bem como a demonstração da forma pela qual a região amazônica foi interpretada pela agenda desenvolvimentista dos anos JK. A conjuntura da construção de Brasília é vital para compreender a abertura da estrada, pois desempenhou o papel de consolidação de um espaço geográfico nacional que se tornava necessário a partir da industrialização. Assim, a interiorização da capital federal, uma vez realizada, aceleraria o engendramento do espaço nacional, integrado a uma nova divisão inter-regional do trabalho.⁶⁶ Mas uma interiorização feita de forma épica e aventureira.

⁶⁴ PINHEIRO, Israel. “Discurso do Dr. Israel Pinheiro” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol.03, no.02, p.04

⁶⁵ DUTRA E SILVA. “A natureza contra o progresso...” op.cit. p. 85-106

⁶⁶ SOUZA, Sônia Maria de. “Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975”. In GIRALDIN, Odair. (org.). *A (Trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia, Editora UFG, 2002.

Figura 7: Esquema da estrada Brasília-Belem – capa da edição n. 24, 1958



Considerações finais

brasília, encontre com o brasil Manoel Coetane Bandeira de Mello	porta de um novo mundo Peixoto da Silveira	com brasília novo brasil Dom José Delgado, Arcebispo de São Luis
brasília—fronteira do futuro Oswaldo Orico.	Brasília: uma nova era nacional Nilton Veloso	brasília — fator de equilíbrio da nacionalidade Fernando França Campos
	Brasília — redescoberta do Brasil José Barbosa	

A compilação acima dos títulos de artigos da revista *Brasília*⁶⁷ sintetiza aspecto interessante e para o qual quisemos chamar a atenção ao longo deste

⁶⁷ ORICO, Oswaldo. “Brasília, fronteira do futuro”, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, vol. 02, no. 18, p. 14-15; BARBOSA, José. “Brasília – redescoberta do Brasil”, In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, no. 26, p. 01; VELOSO, Nilton. “Brasília: uma nova era nacional” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, no. 28, p. 01; SILVEIRA, Peixoto da. “Porta de um novo mundo” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, n. 35, p. 01; DELGADO, D. José. “Com Brasília novo Brasil” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 03, n.36, p. 01; CAMPOS,

trabalho: ao mesmo tempo em que a nova capital marcava um encontro com o passado, simbolizando um projeto que respondia finalmente aos anseios nacionais de superação das diferenças regionais e de maior integração do país, que deixava de pender a balança exclusivamente em favor do litoral – até então a tônica de todos governos – que promovia um encontro com o Oeste imaginado e que se redescobria enquanto nação, ela também apontava para o futuro. Sinalizando o surgimento de um novo Brasil, abria com suas modernas linhas arquitetônicas as portas para um “novo mundo”, tornando-se uma “fronteira do futuro”, que rasgava o cerrado e a floresta sob a justificativa do desenvolvimento urgente. Apontando, simultaneamente, para dois tempos distintos – passado e futuro – Brasília surgiu, portanto, como uma capital moderna em pleno sertão.

Através das páginas de *Brasília*, que serviu de veículo para a divulgação da construção da nova capital, é possível perceber claramente essa síntese, mas sua historicidade não é evidente. A partir de uma reflexão em torno da ideia de sertão, categoria-chave para pensar o Brasil e muito mobilizada nos discursos de JK e por vários articulistas, utilizamos textos e imagens deste periódico para evidenciar a superposição das camadas de história contidas neste projeto de cidade. Com isso foi possível compreender como eventos tão distintos e afastados no tempo, como a Comissão Cruls e a “Marcha para o Oeste”, por exemplo, podem ser encadeados em uma mesma linha do tempo, relacionada à Brasília. Do mesmo modo, compreender como saúde e natureza integram, de maneiras distintas esse projeto.

Além deste debate intelectual, é possível inferir que peças propagandísticas como *Brasília* legitimaram as profundas transformações que já estavam acontecendo na região desde as instalações das colônias agrícolas na década de 1930. Nesta década, a floresta tropical das áreas do cerrado no Brasil central passou pela expansão das fronteiras agrícolas e demográficas, incentivadas pelo governo central através de cessão de terras e assistência técnica. Os estados de Goiás e do Mato Grosso também passaram por projetos de ocupação e de colonização agrícola.⁶⁸ Além disso, as estradas, como a Belém-Brasília, favoreceram a integração do Brasil Central à economia nacional. Entre as

Fernando F. “Brasília – fator de equilíbrio da nacionalidade” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, vol. 04, no. 38, p. 16; BANDEIRA DE MELLO, Manoel C. “Brasília, encontro com o Brasil” In *Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, vol. 04, n. 40, p. 94.

⁶⁸ DUTRA E SILVA, Sandro. (2020). “Challenging the Environmental History of the Cerrado: Science, Biodiversity and Politics on the Brazilian Agricultural Frontier” In *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, Anápolis, 2020, vol. 10, n. 01, p. 82-116. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1.p82-116>

décadas de 1950 e 1970 pesquisas agronômicas favoreceram o desenvolvimento do potencial agrícola do cerrado. Junto às ideias da época de modernização agrícola, o cerrado teve sua paisagem transformada para uma das mais importantes e poderosas regiões de produção de alimento nos mercados globais. Foi o período que se iniciou a “Grande Aceleração” do cerrado, ou seja, o início dos processos de governança dos ciclos biogeoquímicos, intensificados pela ação humana, que formaram, por sua vez, um conjunto interligado de processos com consequências globais.⁶⁹ A construção de Brasília intensificou a expansão dessa fronteira agrícola que, combinada com as inovações da pecuária geraram um efeito não apenas local, mas global, como o aumento da emissão de dióxido de carbono e um impressionante aumento populacional. Por fim, a análise de Brasília, seus artigos, seus homens e suas fotos, é também o registro da cultura política de um tempo no qual a sociedade brasileira foi ‘contaminada’ pela perspectiva (otimista até então) da superação definitiva do subdesenvolvimento estrutural que assolava o Brasil e que seria um forte impedimento ao ingresso do país na era da modernidade.⁷⁰ Se a modernização e o desenvolvimento representavam o futuro, a construção da nova capital apontava que eles eram possíveis.

Artigo recebido para publicação em 11/08/2020

Artigo aprovado para publicação em 29/10/2020

⁶⁹ Importante destacar que não se trata apenas de um fenômeno local, mas sim de eventos marcados por uma forte intensificação das ações antrópicas para uso de recursos naturais, com sua incorporação ao sistema econômico em escala planetária. Ver: ACKER, Antoine and FISCHER, Georg. “Presentation: Historicizing Brazil’s Great Acceleration” In *Varia Historia*, 2018, vol.34, n.65, pp.307-314 e SILVA, Claiton Márcio da. “Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado” In *Varia Historia*, Belo Horizonte, 2018, vol. 34, no. 65, p.409-444. <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000200006>.

⁷⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Volume 2 - Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2007, p.362-363.